

LAURENTINO GOMES

ESCRavidÃO

VOLUME III

Da Independência do Brasil à Lei Áurea

GOBOLIVROS

SUMÁRIO

Linha do tempo	11
Introdução	19
1 FOLGUEDOS DA LIBERTAÇÃO.	39
2 O COMENDADOR.	61
3 OS ESQUECIDOS	81
4 PARA INGLÊS VER	99
5 HIPOCRISIA	123
6 HONORÁVEIS BENEMÉRITOS	135
7 BARÕES E FIDALGOS.	151
8 O IMPÉRIO ESCRAVISTA.	173
9 VENDE-SE, COMPRA-SE, ALUGA-SE	191
10 O VALONGO	209
11 A TESTEMUNHA	227
12 O AMIGO DO REI	237
13 NÃ AGOTIMÉ	255
14 ANGOLA, FRENTE E VERSO	269
15 MEDO, MORTE E REPRESSÃO	283
16 MANUAL DO CATIVEIRO	299
17 NA MIRA DOS CANHÕES.	313

18	NO LIMBO	331
19	APOGEU E QUEDA	347
20	OS ABOLICIONISTAS	367
21	O PRECURSOR	385
22	A CONVERSÃO	401
23	TERRA DA LUZ	419
24	REAÇÃO	433
25	ALIANÇA ESCRAVOCRATA	445
26	MARÉ BRANCA	463
27	PÂNICO	479
28	ISABEL	491
29	O DIA SEGUINTE	515
	Agradecimentos	535
	Bibliografia	541
	Notas	553
	Índice onomástico	585

INTRODUÇÃO

“Como se poderá chegar à abolição sem revolução?”

AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS,
jornalista, escritor e político alagoano, em 1863

A CENA MAIS CONHECIDA do nascimento do Brasil como nação independente é grandiosa e iluminada. Com 4,15 metros de altura por 7,60 de largura, a tela *Independência ou morte*, também chamada *O grito do Ipiranga*, do pintor Pedro Américo, paraibano da cidade de Areia, é uma representação heroica de um país imperial e de ascendência europeia. Nela, o príncipe dom Pedro, herdeiro da Coroa de Portugal, aparece no alto de uma colina, às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, e cavalga um belo animal cor de canela, que o padre mineiro Belchior Pinheiro de Oliveira, testemunha do episódio, descreveria como “uma bela besta baia”. À sua frente, os soldados da guarda de honra, que mais tarde seriam conhecidos como “Dragões da Independência”, também montados em cavalos fogosos, fazem um semicírculo diante do príncipe. São todos, sem exceção, homens,

brancos e estão impecavelmente vestidos à moda dos grandes exércitos europeus da época. Atualmente em exibição no Museu Paulista do Ipiranga, é este o retrato oficial e ufanista do exato momento em que o futuro imperador ergue a espada para anunciar, no final da tarde de 7 de setembro de 1822, o rompimento de todos os laços que até então prendiam os brasileiros aos colonizadores portugueses.

Existe, contudo, outro quadro relacionado ao Brasil no ano de sua independência, a respeito do qual poucas pessoas já ouviram falar. É uma diminuta aquarela, de 23,6 centímetros de altura por 26,3 de largura, que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Nacional da Austrália. Seu autor, o viajante e pintor inglês Augustus Earle, visitou o Brasil diversas vezes no início do século XIX e morou na Oceania, o que explica sua obra ter ido parar no outro lado do mundo. Ali aparece um pedaço da realidade brasileira que ficou oculto na imponente pintura de Pedro Américo: a escravidão. A cena registrada por Earle ocorre em data incerta do ano de 1822 no interior do Calabouço, prisão situada no antigo Morro do Castelo do Rio de Janeiro. Um escravo nu, de mãos atadas a um poste de madeira, está sendo açoitado por outro homem também negro. O sangue escorre em profusão de seu corpo esquelético. Os dedos retesados dos pés indicam a intensidade da dor que sofre a cada golpe.¹

O ambiente retratado na pequena aquarela é assustadoramente lúgubre. Ao mesmo tempo, tem o aspecto de algo rotineiro, ao qual as pessoas estariam perfeitamente habituadas. Enquanto o carrasco desfere as chibatadas sobre as costas do escravo, um grupo observa tudo com ar de indiferença. Do lado esquerdo, um homem branco, em pé e de braços cruzados, envergando uma cartola e botas de couro até os joelhos — provavelmente o dono do cativo — confere o andamento do suplício com visível enfado. Atrás dele, outro homem negro, com as mãos atadas às costas e

contido por um guarda armado, traz nos olhos o pavor do que o espera. É o próximo da fila a ser açoitado. Um terceiro, mais ao fundo, é conduzido de volta para a cela com as costas lanhadas pelo chicote. O carrasco traz uma cruz pendurada no pescoço e uma fita escarlate amarrada à cintura. Tem os pés descalços, indício de que também ele é um escravo. Outro açoitador, igualmente negro e descalço, está sentado no canto direito. Tem o semblante exausto e de seu pulso pende um chicote já ensanguentado, a sugerir que a sessão de tortura é executada em regime de revezamento. No centro da tela, uma figura cobre o rosto com uma das mãos enquanto a outra é espalmada em direção ao pelourinho, como se tentasse não ver o que ali se passava.

Criada no final do século XVIII pelo vice-rei dom Luís de Vasconcelos e Souza, a prisão do Calabouço tinha o aspecto de uma caverna escura e abafada, como se fosse um buraco mais apto para receber animais selvagens do que gente. Com 61 palmos de comprimento por 21 de altura e 37 de largura,² sem iluminação nem ventilação, tresandava a fezes e urina. Uma pessoa que ali permanecesse por muito tempo no calor do alto verão carioca, poderia morrer sufocada. Apesar disso, chegava a acomodar mais de cem escravos de uma só vez, todos na fila de espera, para serem flagelados pelo Estado brasileiro. Por ser um lugar muito insalubre, documentos da época registram reiteradas recomendações de seu fechamento por parte da fiscalização, providência que jamais foi tomada porque açoitar escravos era uma das especialidades do sistema escravista nacional.

Pelas leis imperiais, os senhores eram autorizados a aplicar somente “castigos moderados” em seus escravos, sem supervisão direta das autoridades. O artigo 179 da Constituição de 1824, a primeira do Brasil independente, proibia que cidadãos particulares executassem, por conta própria, “os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”, in-

terdição que seria reforçada pelo código criminal de 1830 e a lei número 4, de 1835. Queimar, ferir, afogar ou matar eram atribuições exclusivas do sistema policial e judiciário.³ Essas regras, obviamente, nunca eram cumpridas ao pé da letra. Nas fazendas e regiões distantes, onde, segundo uma expressão do abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco, o braço da lei não era suficientemente longo para proteger os cativos, havia relatos de espancamentos bárbaros, de quinhentas ou mais chibatadas, sem que senhores e capatazes dessem satisfações a ninguém. Nos centros urbanos, porém, especialmente nas imediações da corte do Rio de Janeiro, “correções” mais severas ficavam em geral delegadas aos agentes do Estado, que se responsabilizavam pela tarefa de punir os escravos em troca do pagamento de taxas e honorários por parte de seus donos. Era essa a função do Calabouço.

O açoitamento de negros era um dos cinco serviços de disciplina que o governo brasileiro oferecia aos senhores escravocratas. Os outros eram a prisão com trabalhos forçados, punição também chamada de galés; a prisão simples, sem trabalho forçado; o degredo para Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe ou alguma província distante do próprio Brasil; e, por fim, a pena de morte, a mais drástica de todas, quase sempre por enforcamento. Os castigos de açoite eram aplicados sem julgamento ou qualquer outra formalidade legal, bastando apenas que o senhor fizesse o requerimento e pagasse uma pequena tarifa, no valor equivalente a 160 réis por cem chicotadas. Segundo as anotações da Intendência Geral de Polícia da Corte, em um único dia, 2 de janeiro de 1826, as autoridades receberam 4.640 réis como pagamento de 2.900 chibatadas em dezesseis escravos, incluindo quatro mulheres. Naquele mês inteiro, foram aplicados 31.650 açoites sobre as costas de 170 escravos, pelas quais seus donos pagaram 50.640 réis. Ao longo de todo o ano de 1826, o total subiu para 330.400 chibatadas, que custaram aos senhores 528.640 réis.

Os registros são frios, como se fizessem parte de um livro básico de contabilidade. Limitam-se a relacionar o nome do senhor, do escravo, a quantidade de açoites e a taxa paga pela punição:

- Cosme Damião de Caro pagou 320 réis para que sua escrava Maria recebesse 200 chibatadas.
- O padre católico Antônio Teixeira pagou igual quantia pelo açoite do escravo Francisco.
- Jorge de Estrela desembolsou um valor pouco maior, 480 réis, para que Evaristo recebesse 300 vergastadas.

Segundo o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares,⁴ os escravos do Rio de Janeiro eram recolhidos ao Calabouço para serem açoitados a pedido dos senhores, mas também de forma aleatória, por decisão das autoridades policiais e pelos motivos mais banais e insignificantes, como andar na rua “fora de horas”, comportar-se como “suspeito”, demonstrar “atitude estranha” ou simplesmente estar parado numa esquina. Um grande número dos detidos era acusado de praticar “capoeiragem”, forma de luta herdada da África que daria origem à capoeira moderna, constantemente reprimida pelas autoridades. Nas amostragens analisadas por Líbano Soares na primeira metade do século XIX, mais da metade (53,2%) dos “capoeiras” recolhidos ao Calabouço foi submetida à pena máxima, de trezentos açoites. Além do castigo físico severo, eram também condenados a trabalhos forçados em obras públicas, como a construção da Estrada da Tijuca, iniciada durante a época da corte de dom João VI no Rio de Janeiro.

O ritual de açoitamento no Calabouço começava por volta das nove horas da manhã. O escravo a ser punido era amarrado a um poste e despido de modo que as nádegas ficassem expostas aos golpes do chicote. Os açoitadores eram homens negros e, em